



ASPECTOS LOCACIONAIS, INSTALAÇÃO DE UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO E POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU/PR

Juliana Bento de Camargo¹

Janete Stoffel²

Resumo

As teorias da localização representaram uma das formas iniciais de se analisar o funcionamento da economia e as perspectivas de desenvolvimento. O fator localização é um dos aspectos que pode explicar diferentes vantagens em termos de crescimento econômico e potencialidades para o desenvolvimento. Com base nesta premissa, o objetivo do presente artigo é analisar as abordagens das teorias da localização que influenciaram na formação do conceito regional, observando como uma região em particular se situa diante das abordagens locais. E a partir deste aspecto analisar mudanças promovidas pela instalação de um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul na região que constituiu o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, no Estado do Paraná. O estudo consiste em uma revisão bibliográfica, combinada com o estudo de caso da região mencionada utilizando-se de dados secundários para caracterizar a região. Assim, observando teorias locais, são analisadas as dificuldades para o desenvolvimento na região em estudo. E com base na análise de resultados promovidos pela implantação do campus da UFFS na região se procura apontar potencialidades para o desenvolvimento regional que passam a ser estimuladas.

Palavras-chaves: Teorias da localização. Região. Subdesenvolvimento. Desigualdade. Educação.

¹ Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul/PR. Bolsista do Projeto “Caracterização socioeconômica dos municípios da região Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR” (agosto 2020 a julho 2021) aprovado no edital 270/GR/UFFS/2020. Membro do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional da UFFS.

² Doutora em Desenvolvimento Regional, professora do magistério superior da UFFS campus Laranjeiras do Sul/PR e orientadora do projeto mencionado na nota 1. Membro do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional da UFFS.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo procurou-se abordar sobre teorias que foram pontos de partida para o debate sobre o desenvolvimento regional, procurando analisar aspectos sobre os quais se aplicam ou não para uma região específica. Dentre estas teorias estão as argumentações sobre a localização apresentadas por Von Thünen (1826), Alfred Weber (1929) e Lösch (1969), as quais influenciaram interpretações sobre o desenvolvimento econômico (MESQUITA, 1978).

As contribuições e, inclusive, refutações a estas teorias proporcionaram embasamento para uma construção, ainda que não estática das interpretações teóricas e práticas do desenvolvimento regional. Os benefícios ou dificuldades que as regiões enfrentam e que são resultados de suas localizações continuam sendo aspectos que de algum modo influenciam nas diferenças quanto ao desenvolvimento. Em aspectos econômicos é possível apontar para as vantagens locacionais das facilidades de escoamento da oferta e no acesso dos consumidores aos bens e serviços, à existência de oportunidades de trabalho e renda.

Em termos sociais podem ser apontadas como vantagens a oferta de serviços de educação e saúde, o que permite para algumas regiões condições mais adequadas de qualificação profissional e longevidade. Na cultura, o acesso às oportunidades de serviços e conhecimentos que ampliem horizontes e permitam à população opções de lazer, são exemplos de benefícios locacionais. Entretanto, esta localização sozinha não promove o desenvolvimento, é necessário que se observe um conjunto de características que proporcionem à população as condições necessárias e desejadas.

A ocupação territorial brasileira se caracteriza por uma localização que por longo período privilegiou o desenvolvimento litorâneo e nos grandes centros urbanos. Somente a partir de meados do século XX é que se iniciam ações de interiorização mais efetivas (MACEDO e PORTO, 2020). Populações residentes em regiões mais afastadas, do litoral e de grandes centros urbanos, adaptaram seus modos de viver às condições limitantes existentes, ou se constituíram em espaços de emigração - especialmente de jovens - para as regiões 'mais atrativas'. Na medida em que foram adotadas ações de interiorização e implementadas políticas públicas que visavam o desenvolvimento 'do interior', investimentos foram feitos nestas regiões. E com o passar do tempo, novas possibilidades de trabalho e renda foram criadas, ampliando as condições de acesso, por exemplo, aos serviços de saúde e educação.

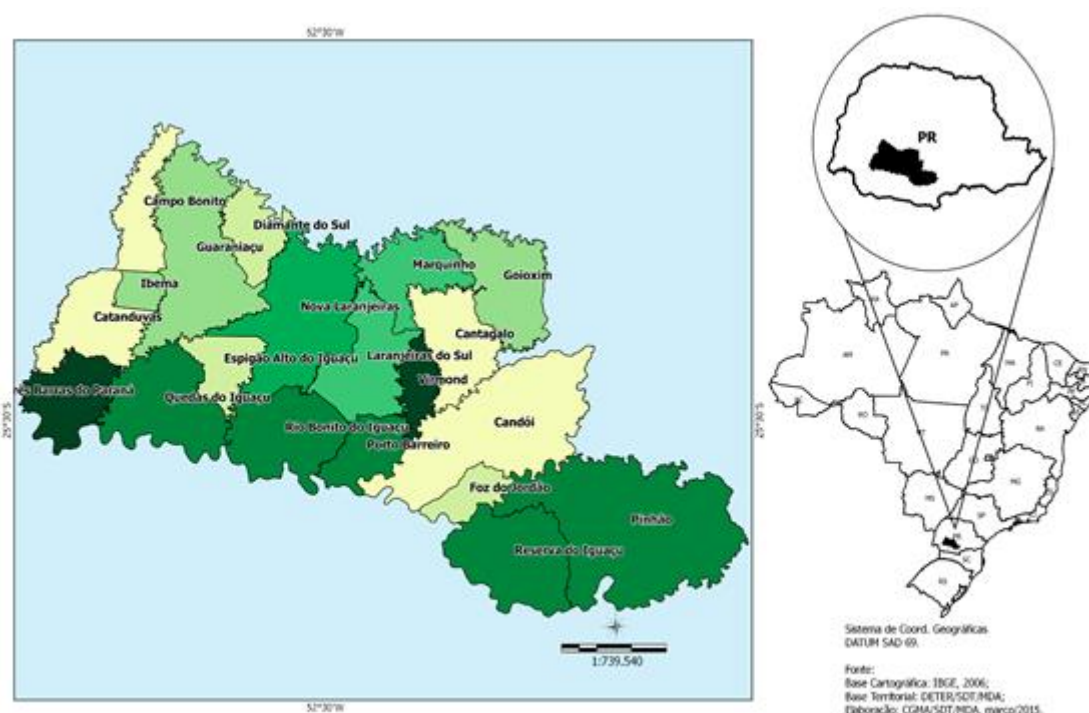
Neste sentido, a localização geográfica das regiões é uma característica que não se consegue modificar, uma vez que esta é uma característica estática, entretanto os investimentos direcionados aos locais podem efetuar mudanças nas condições econômicas, sociais, culturais e até mesmo ambientais. Sob este aspecto cabe analisar quais são os fatores que dificultam a 'atratividade', quais são as possibilidades de mudanças para

disponibilizar estes recursos para a população, diante das características originárias/históricas existentes nos locais e/ou regiões, ou quais são as potencialidades existentes (TRENNEPOHL, 2011; PAIVA, 2008).

Na realidade brasileira é possível observar diferentes realidades desde o enfoque nas macrorregiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste), até regiões menores tais como a da região constituída pelos municípios com os quais foi formado o Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu no Paraná. Esta região é constituída por vinte (20) municípios cujas características de vulnerabilidade econômica e social foram aspectos que levaram à formação de um território da cidadania no ano de 2008.

Os municípios que compõem a região são Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Virmond (IPARDES, 2007; FELIPPINI, 2016). Segundo Costa (2020) somente três destes municípios tem população maior do que 30 mil habitantes, sendo que a população total em 2010 correspondia a 232.519 habitantes. A população, conforme o último censo demográfico, realizado em 2010 pelo IBGE, estava distribuída em 53,78% de moradores no meio urbano e 46,22% de residentes no meio rural. Na figura 1 pode ser visualizada a localização dos municípios dentro do Estado do Paraná e em relação ao Brasil.

Figura 1: Mapa Do Território Da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR.



Fonte: Sistema de Informações Territoriais, 2021

O conjunto de municípios está geograficamente posicionado no centro sul do estado do Paraná, sendo que alguns dos municípios estão localizados às margens da BR 277: Cantagalo, Virmond, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras e Guaraniaçu. A rodovia mencionada interliga Foz do Iguaçu e Curitiba, sendo uma das principais rotas rodoviárias do Estado.

Na comparação com as demais regiões do estado paranaense, inclusive várias que estão às margens da BR 277, a Cantuquiriguaçu apresenta baixos índices de desenvolvimento, baixos indicadores em termos de geração de trabalho, níveis de renda, acesso à saúde e educação (KRAJEVSKI, 2018). Neste contexto, considerando a realidade regional e a partir das teorias de localização, o presente trabalho buscará responder a seguinte indagação: quais os aspectos sobre as teorias da localização que contribuem para explicar as dificuldades da região em alcançar melhores índices de desenvolvimento e como a implantação de um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul pode ser um fator que estimula potencialidades econômicas, sociais, culturais e ambientais, contribuindo para o desenvolvimento regional?

Na busca das respostas às indagações realizou-se uma pesquisa exploratória, que se utilizou de recursos bibliográficos acesso a um levantamento de dados secundários focando no estudo do caso da região constituída pelos municípios mencionados na figura 1 (GIL, 2008). Na pesquisa bibliográfica foram acessadas publicações sobre o tema em livros, artigos, dissertações e teses. Também foram acessadas publicações sobre as políticas nacionais de desenvolvimento regional buscando verificar a relação destas com a implantação da UFFS. Para caracterizar a região da Cantuquiriguaçu foram utilizados dados secundários disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática e em publicações do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

Em relação à estrutura, este artigo está organizado em seis seções considerando-se esta introdução. Na segunda são abordadas as principais teorias da localização. Na terceira seção são apresentados aspectos sobre as políticas nacionais de desenvolvimento regional e como estas contribuíram para que houvesse interiorização do desenvolvimento. A quarta seção apresenta aspectos sobre a região objeto de estudo do artigo, por fim são apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas no estudo.

2 AS TEORIAS CLÁSSICAS DA LOCALIZAÇÃO E A ANÁLISE REGIONAL

Esta seção analisa as principais abordagens clássicas da teoria da localização. Estas tiveram repercussão para análise da economia na sociedade e constituíram embasamento para posterior formação do conceito de desenvolvimento regional, mesmo que a partir da constatação dos limites da teoria para contribuir nas análises. Em relação às teorias clássicas de localização muitos dos apontamentos já são considerados superados. No presente estudo

a opção foi revisitar estas teorias, utilizando como foco de análise a região constituída pelos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, buscando observar aspectos a partir dos quais se constata validações ou não sobre a aplicação da teoria da localização à realidade.

Para iniciar a explanação entendemos como relevante retomar abordagens das teorias clássicas da localização e economia regional, cujos autores e principais aspectos estão apresentados no quadro 1.

Quadro 1 - Principais abordagens e precursores das teorias clássicas da localização e da economia regional

autor	principais apontamentos de sua teoria
William Petty (1966)	Aborda sobre a distribuição racional dos mercados, diante da renda obtida a partir da localização dos espaços econômicos.
Richard Cantillon (1755)	Se remete aos mercados como espaços hierárquicos organizados desde centros maiores, até regionais, que influenciavam o meio rural.
Von Thünen (1783-1850),	Ao utilizar análise marginal levava em conta os custos de produção relacionados à agricultura (produtividade da terra, adubação e a perecibilidade dos produtos agrícolas) para mencionar a importância da localização das economias e seus resultados econômicos. Outro fator essencial desta análise era a renda situacional, a qual era maior para produtores que se encontravam próximos aos mercados locais, uma vez que permitiria a redução dos custos de transporte e de insumos disponíveis nos mercados. As críticas relacionadas ao modelo estão relacionadas às aglomerações, economias de escala e mudanças tecnológicas que podem implicar nos custos de produção.
Walter Isard (1956)	Segundo o autor, as atividades econômicas e as populações tendem a se deslocar a partir dos recursos disponíveis e que se tornam atrativos. De modo que os meios de transporte, por exemplo, se adaptam às atividades econômicas que emergem no local.
Alfred Weber (1969)	A localização em sua abordagem também levava em conta a disponibilidade de recursos, economias de aglomeração e consumidores. O que agrega para a análise locacional do período, é em relação às tarifas de transportes que não se alteram pela distância e sim pelo peso das cargas transportadas.
Christaller (1966)	O autor menciona os centros urbanos, sendo que estes possuem uma hierarquia que segue do nível mais elevado ao menor. As regiões de maior influência abastecem com bens e serviços as localidades de nível hierárquico menor. Estes por sua vez abastecem e exercem influência sobre o meio rural do seu espaço. Para o autor, a localização contribui para a acessibilidade de consumidores aos mercados e a concorrência de fornecedores.
August Lösch (1957)	Destaca a localização como oriunda do ponto ótimo, no entanto, este teria seu ponto máximo alcançado onde o preço do produto seria igual ao custo médio e igual ao custo de transporte, sendo que este último dependeria da tecnologia da empresa. O autor também menciona que a concorrência faz empresas ineficientes desaparecerem.
Richardson (1975, 1980, 1986)	Menciona que os custos tanto de transporte quanto de produção reduzem-se à medida que as tecnologias são implantadas pelas empresas, o que dá às indústrias poder de monopólio. Considerando as disparidades das regiões, as políticas de desenvolvimento regional devem estar voltadas para indústrias que interligam o meio rural com os grandes centros, com investimentos em setores que interligam o setor agrícola, gerando valor agregado e tecnologias.

Continua

Perroux (1967, 1977)	Aponta que o crescimento nas regiões e nos setores ocorre de maneiras diferentes, havendo desequilíbrios. Estes são decorrentes das mudanças demográficas e das diferentes capacidades de acumulação de capital. Destaca a importância das indústrias motrizes (com nível de atividade acima da média nacional) como propulsoras das demais que se encontram no entorno. A região homogênea possui características econômicas e naturais semelhantes, e a polarizada, se diferencia por além disto, possuir influência a partir de um polo industrial. Neste se concentram as atividades especializadas e as indústrias vão para áreas metropolitanas.
Hirschmann (1974)	Na polarização, as indústrias possuem uma interdependência técnica de produção para determinar a atuação e inclusive o lucro das satélites. Surgem polos ou pontos de crescimento a partir da transformação na concepção da população e a partir do aumento cumulativo do produto real
Marshall (1988)	Trouxe o espaço como ponto crucial para tomada de decisão das empresas. Aponta para a influência dos clusters industriais para a atividade econômica. Estes são aglomerados de empresas enraizadas em determinada localidade que interagem entre si e no ambiente de forma inovadora em termos de tecnologia e autonomia. Apresentam eficiência produtiva (economia de escala), disponibilidade de recursos ou meio de transação de transporte. No entanto, a concentração de empresas pode resultar em efeitos negativos.
Myrdal (1960)	A região se torna um polo de desenvolvimento quando as atividades internas geram encadeamentos e expansão da produção, o que mais tarde denomina de transbordamentos. A região apenas se enquadra neste quesito quando ocorrem os encadeamentos com atividades existentes na região e expandem a produção. Inovações nas indústrias proporcionam transbordamentos de conhecimento, com tendência à aglomeração, tornando a localidade especializada em mão de obra e com alto poder de empregabilidade. O autor defende a atuação estatal para realizar a distribuição dos diferentes setores, atuando também como meio para combater as desigualdades sociais, de renda e de baixo crescimento.
Douglas North (1977)	Com uma abordagem sobre os resultados obtidos a partir das relações externas de uma região, defende a ideia da busca pelo crescimento a partir do processamento industrial e exportações de bens, pois estes geram competitividade no mercado externo. Para mensurar essas atividades, o autor leva em conta os indicadores de impacto, nos quais mensura as indústrias exportadoras da região – multiplicador keynesiano como quociente de localização, utilizados para mensurar a concentração das atividades exportadoras em relação às outras regiões - e o coeficiente de especialização – o qual mensura o grau de contração de atividades face às outras na própria economia regional.

Fonte: Souza (2009); Correa, Silveira, Kist (2019); Amaral Filho (2001); Bellingieri (2020); Myrdal (1960); Montenegro, Gonçalves, Almeida (2011); Knob, Salomão (2020); Mesquita, (1978).

Na perspectiva da valorização dada para a localização econômica nas teorias mencionadas, cabe destacar a teoria da polarização, a qual deriva da observação de que o crescimento não se distribui de maneira homogênea no espaço, mas se concentra em pontos ou polos de crescimento, podendo difundir-se a partir daí no conjunto da economia. Esta teoria abarca a ideia de que os fatores de crescimento de uma localidade dependem essencialmente da dotação de recursos humanos, naturais e de estrutura interna.

Após a década de 1970 e 1980 as questões regionais tomam novas formas e o debate acadêmico se propaga, bem como as políticas macroeconômicas se voltam para discutir os problemas econômicos oriundos da crise internacional. A importância acadêmica e a política da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) se destacam no debate

sobre a distribuição da riqueza dos países diante das desigualdades regionais (PREBISCH, 2012; FURTADO, 1963, 2000; KNOB e SALOMÃO, 2020).

Furtado (2000) ao analisar as teorias de localização como as de François Perroux (1977) e Myrdal (1960), destaca que estas contribuições apresentam evoluções em relação à visão isolacionista que as teorias neoclássicas possuíam, e que eram reduzidas ao equilíbrio geral. A contribuição de Myrdal era considerada interdisciplinar, onde agentes e processos sociais impactam diretamente nas estruturas econômicas. A incorporação nos modelos de análises econômicas do espaço e de economias externas evidenciam a imperfeição dos agentes econômicos e a desconexão entre suas ações. Entretanto, para Furtado (2000) as teorias ainda propunham a contínua “dominância social capitalista” das denominadas indústrias-motrizes.

Interligando a este fato, soma-se às estruturas econômicas dependentes, onde o autor supracitado aponta para a relação de dependência entre os países de industrialização tardia e países industrializados, a partir da divisão internacional do trabalho, imposta pelo sistema capitalista. Nesta linha, Prebisch (2012) aborda as diferenças nas economias a partir das vantagens comparativas apresentadas nas economias mais desenvolvidas, e suas respectivas desvalorizações de preços relativos (deterioração dos termos de troca) com as economias primário-exportadoras.

No sentido de propor soluções para o subdesenvolvimento, Furtado (1974) destaca o papel do Estado como um agente que pode promover uma reestruturação social, uma vez que as empresas globalizadas possuem como tendência se apropriar da mão de obra dos países periféricos, por meio da especialização produtiva imposta. Pode-se notar essa especialização produtiva por meio das indagações denominadas como clusters industriais ou concentrações produtivas destacadas em Marshall (1988) e Myrdal (1960), sendo que este último considera o Estado como agente regulador dos próprios desequilíbrios do mercado. O risco a ser considerado é de que o Estado perca o controle da possibilidade de mudança estrutural na relação de poder com estas empresas, diante das relações de dependência existentes.

Desta maneira, além da forma como se codificaram as regiões brasileiras no século XX, a padronização e hegemonia imposta pela globalização repercutiram em uma desterritorialização controlada por grandes empresas e por capitais estrangeiros. O que se percebe, no Brasil, por meio do processo de substituição de importações no qual as regiões foram se inserindo, ainda que de forma heterogênea (CORREA, SILVEIRA, KIST, 2019). A expansão de grandes empresas por meio da influência sobre as regiões, era considerado como fator de ascensão pelos clássicos da localização, o que repercutiu não apenas em influência, mas também controle sobre os diferentes locais.

Os benefícios, eventualmente gerados pela expansão de grandes empresas, não chegam a todas as regiões e mesmo nas regiões não são homogêneos ou equilibrados. Neste sentido, quando as políticas de desenvolvimento regional são direcionadas de cima para baixo (*top down*) as regiões não emergem na definição de quais estratégias importam para mudar sua realidade. A adoção de políticas e estratégias *top down* pode trazer resultados para a população regional que colocam em risco sua efetividade, uma vez que, não há ampla participação da sociedade no processo de planejamento e execução das ações (MACEDO, PORTO, 2020). Por outro lado, quando as políticas são construídas de baixo para cima (*bottom up*) há maiores chances de que atendam às necessidades regionais, visto que são propostas e geridas pelas regiões (LIBERATO, 2008).

Neste sentido, há potencialidades que podem ser estimuladas para que se promova o desenvolvimento regional e há situações nas quais o estímulo pode ser externo, mas o ideal neste segundo caso é que a região participe das decisões para então ampliar as chances de que necessidades regionais sejam realmente atendidas. Neste contexto insere-se a implantação de um campus da UFFS na região da Cantuquiriguaçu, instalada no município de Laranjeiras do Sul, com a proposta de atender à população da região. Resultado da luta dos movimentos sociais, sociedade civil organizada e de lideranças políticas da região (COEPE, 2010).

As teorias locacionais mencionadas nesta seção não foram suficientes para explicar o nível de pobreza e subdesenvolvimento existente na região, mas a luta e a conquista de um campus da UFFS pode ser um fator que estimule os potenciais regionais e promova maiores níveis de desenvolvimento. Deste modo, na próxima seção procura-se abordar alguns aspectos sobre as políticas nacionais de desenvolvimento regional e sua relação com ações de interiorização, tais como a implantação da UFFS na região da Cantuquiriguaçu.

3 POLÍTICAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OS ASPECTOS LOCACIONAIS

As políticas de desenvolvimento regional têm em seu escopo as perspectivas de estimular as regiões a se desenvolver, e no caso brasileiro isto tem forte relação com o avanço para o interior, em processo de afastamento do litoral e das grandes capitais. Neste sentido, a primeira Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR I), publicada em 2007, repercute as discussões teóricas sobre a forma como havia sido desenhada a política brasileira em anos anteriores. Macedo e Porto (2021) destacam que a PNDR I ilustra a preocupação com o risco da globalização, em ter de se adequar a divisão internacional e pelas heranças de seu passado colonial (FURTADO, 1981). O avanço das políticas brasileiras de desenvolvimento regional se deve a uma constatação de que as desigualdades regionais são

muito grandes, demandando ações em direção a busca de um maior equilíbrio entre as regiões.

Isto pode ser observado no Art.1º da PNDR I, decreto nº 6.047 de 22 de fevereiro de 2007, o qual aponta que o objetivo da política visa reduzir as desigualdades das regiões brasileiras, além de buscar equidade destas para alcançar o desenvolvimento, com o intuito de permitir que suas pautas sirvam para orientar programas e ações do governo federal (BRASIL, 2007). Para Macedo e Porto (2020), a PNDR I demonstra a valorização do local, com o respeito à “riqueza sociocultural” das diferentes regiões, o estímulo à participação social e o foco em fazer com que as políticas setoriais se direcionassem para áreas de baixa renda, ao invés de continuar estimulando aquelas de alta e média renda.

Até a publicação da PNDR I podem ser apontadas medidas observadas na história brasileira desde o período colonial no qual houve tentativas de promover interiorização de atividades econômicas principalmente aquelas resultantes do avanço de ciclos produtivos em direção ao Sudeste, Sul e Norte (FURTADO, 1991 e PRADO JUNIOR, 2011). Ou daquelas dos anos 1960 e 1970 pelas ações de integração regional adotadas pelo Plano de Metas e ações do governo militar (GIAMBIAGI, et al 2011; GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JR, 2010; SOUZA, 2008; PIRES, 2010). Tanto as ações quanto os resultados destas políticas contribuíram para uma desconcentração industrial inicial, repercutindo nas vantagens e desvantagens locais, entretanto não garantiram a equidade na distribuição dos recursos econômicos e sociais, mantendo concentração de renda e riquezas.

Para Macedo e Porto (2021) as políticas implícitas existentes nas regiões acabavam promovendo a saída de recursos para fora dos limites territoriais brasileiros. Estas se desarticularam com as políticas explícitas, que correspondem aos instrumentos como fundos de fomento, incentivos fiscais e agências regionais (BRASIL, 2012) e assim inviabilizam a efetividade das políticas regionais. Assim, na PNDR II buscou-se estimular de modo mais efetivo a desconcentração industrial, buscando valorizar recursos presentes nas regiões e criando condições mais justas de acesso aos bens e serviços por parte das populações ali existentes (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2013).

O fator limitante da PNDR II foi o fato de que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional acabou não chegando até às regiões da forma como se propunha e necessitava. Macedo e Porto (2020) apresentam os argumentos para essa dificuldade, indicando que faltou uma reforma tributária, havendo limites por parte do Tesouro Nacional para dar conta do que se propunha. O decreto nº 9.810 de 30 de maio de 2019, especialmente em seus Art. 1º e 3º (incisos IV, V, VI, VII e IV), segue as linhas da PNDR II, ao buscar objetivos como o desenvolvimento sustentável e atuação multiescalar.

A história econômica e de integração regional no Brasil demonstra claramente a influência do capital transnacional e a força das questões históricas, econômicas, culturais no

que tange aos resultados obtidos pelas regiões em termos de desenvolvimento. Aspectos que não são exclusividade brasileira, pois conforme destacam Knob e Salomão (2020, p. 163-164) “[...]grande parte dos países da América Latina justifica o esforço de sistematização – quando não, de revisão – de parte significativa do conhecimento inicialmente gerado nas áreas do desenvolvimento regional e da localização industrial.”

Assim, como aponta Sachs (2008), o conceito de desenvolvimento regional vem sendo modificado com o passar dos anos, essencialmente por incorporar experiências boas e ruins, além das mudanças políticas e modas intelectuais. Brandão (2010) também aponta que a análise de forma “isolada” do conceito em sua essência, não conseguiria dar conta da dimensão que a temática engloba (BELLINGIERI, 2020; SACHS, 2008; BRANDÃO, 2010).

Seguindo nesta linha e dialogando com as ideias de Celso Furtado (1999), Theis (2019) destaca que o desenvolvimento regional vem assumindo um papel interdisciplinar que depende essencialmente de seu contexto temporal. A evolução da configuração socioespacial do trabalho presente no sistema capitalista brasileiro, se daria pela coordenação dos pequenos, médios e grandes centros urbanos onde a atividade industrial e de serviços seriam mais desenvolvidas e o meio rural ficaria com atividades primárias. Para o autor, esse formato de produção representa a tendência às desigualdades contínuas espaciais.

A contextualização necessária, destacada por Theis (2019, p. 355), remonta à análise de Celso Furtado em relação à formação brasileira, diante da constituição desigual das regiões - herdadas pela sua formação - sob a ótica do desenvolvimento regional. Articulando essas considerações com o conceito de Pellin (2019, p. 63), pode-se entendê-lo como: “[...] processo de transformação econômica, social e política, cuja dinâmica é construída a partir do local e com participação ativa de seus atores, sendo imprescindível a interação entre eles. [...]”.

De acordo com Tischer e Rocha (2017), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, como uma das que visavam a indução do desenvolvimento regional no país, configurou um contexto de políticas públicas que levaram à interiorização das Instituições Federais de Ensino no país. Uma destas políticas foi o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) a partir do qual foram implantados novos campi e novas instituições, dentre as quais a UFFS. Consistindo esta medida em uma descentralização e deslitoralização da oferta de ensino superior público, em favor de regiões com pouco acesso até então.

A interiorização dos campi e das instituições federais de ensino, dentre elas as universidades, não apenas permitiu que o acesso ao ensino superior fosse ampliado, mas também que as regiões com carências, passassem a ter acesso a recursos inexistentes até então. A oferta de ensino público de qualidade é um começo importante para estimular potencialidades econômicas, sociais, culturais e ambientais (ARAÚJO, 2014, p. 45). E assim,

com base nos argumentos desta autora, nos embasamos para apontar que a instalação do campus da UFFS na Cantuquiriguaçu constitui um estímulo importante para desenvolver potencialidades da e na região.

4 A UFFS COMO ESTÍMULO DAS POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU

Os municípios que integram a região do presente estudo, e constituíram o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, se caracterizam por baixos índices de desenvolvimento, tendo sido espaço de ações públicas para alterar suas condições. Dentre estas ações estão desde aquelas relacionadas ao Programa Territórios da Cidadania executadas entre 2008 e 2014, até a instalação de um *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul no ano de 2010. Especialmente nas ações exemplificadas observam-se a combinação de políticas top down com botton up, pois no caso da instalação da UFFS houve participação de movimentos sociais e de lideranças políticas, contribuindo na definição dos cursos ofertados.

A região em questão, apesar de colocar alguns municípios em conexão com regiões economicamente importantes dentro do Estado do Paraná, apresenta limitações no que tange aos aspectos locacionais. Assim, nesta seção procura-se caracterizar a região, observando sua localização e sob quais aspectos este fator pode ser considerado limitante do desenvolvimento, bem como ‘especular’ sobre os resultados possíveis a partir da implantação de uma unidade educacional de ensino superior federal na região.

Sobre esta região cabe destacar que sua origem está relacionada ao povoamento interior que aconteceu ainda no período colonial quando a região Sul do Brasil começa a se integrar à região Sudeste a partir da pecuária, e mais tarde a erva mate, com destaque aos campos de Guarapuava, município do qual a região se desmembrou (PRADO JR, 2011). Outro fator histórico da região está relacionado à criação do Território Federal do Iguazu no ano de 1943 e extinto em 1946, o qual tinha como capital o atual município de Laranjeiras do Sul (MUSSOI, 2015).

Em termos de localização geográfica dos municípios da região, considerando as rodovias que passam pelos municípios, cabe destacar a BR 277 que cruza o Estado do Paraná interligando os municípios de Foz do Iguazu e Curitiba. Há cinco municípios da região que estão localizados às margens da rodovia, sendo eles Guaraniaçu, Nova Laranjeiras, Laranjeiras do Sul, Virmond e Cantagalo (MOTTA, 2017). Cabe ainda destacar a rodovia BR 158 que atravessa o país de norte a sul, às margens da qual estão os municípios de Rio Bonito do Iguazu, Laranjeiras do Sul e Marquinho.

Para ilustrar as condições de vulnerabilidade da região, destacamos que a média do

Índice de Desenvolvimento Humano para 2010 dos 20 municípios era de 0,65 enquanto no Estado do Paraná a média era de 0,75. E a taxa de pobreza para 2010 no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu era em média de 22,02%, sendo que o município que apresentava a taxa mais alta de pobreza era Nova Laranjeiras (36,01%) enquanto a taxa mais baixa no ano em questão era de Ibema (11,07%). A título de comparação, cabe destacar que neste mesmo ano, a taxa média de pobreza no Estado do Paraná era de 6,46% (IBGE, 2021).

Em termos de potencialidades econômicas, a pesquisa de Canquerino, Nunes e Carpes (2015) apontou os setores da região que possuem os maiores fatores multiplicadores de produção, emprego e renda, e com potencial para encadeamentos conforme assinalado por Hirschman (1974). Estes setores são alimentos e bebidas, produtos em madeira, agropecuária, indústria extrativa e química, metalúrgica, serviço institucional de utilidade pública, indústria editorial, Indústria diversa, serviços de alojamento e alimentação.

Sobre as atividades industriais na região, conforme IBGE (2021), sobre empregos gerados nas três indústrias que mais empregavam em 2019, tem-se que a indústria têxtil, de vestuário e artefatos de tecidos empregava 1.893 pessoas. Já na indústria da madeira e do mobiliário estavam empregadas 1.588 pessoas e a indústria de produtos alimentícios, bebida e álcool etílico empregava 1.587 pessoas no mesmo ano nos vinte municípios da região. Em relação à indústria na região, conforme Ipardes (2021) poucos são os municípios nos quais a indústria se destaca, prevalecendo o setor agropecuário na maior parte.

Observando o valor adicionado bruto dos municípios que compõem a região, constata-se que no ano de 2017 a indústria tem a maior participação (38,02%), seguida pelos serviços (31,67%) e agropecuária (30,31%). No ano de 2019 observa-se um crescimento do setor de serviços que passa a ter o maior percentual (33,0%), seguido pela indústria (35,6%) e agropecuária (31,40%).

Em termos fundiários, o Censo Agropecuário de 2017 apontou a existência de 25.390 estabelecimentos agropecuários na região, dos quais 20.059 (79%) são da agricultura familiar. O total de estabelecimentos nos 20 municípios ocupa uma área de 1.092.273 hectares, dos quais 319.860 (29,3%) pertencem aos agricultores familiares (IBGE, 2021). Números que confirmam a expressiva concentração de terras ainda existente na região, a qual já foi ainda maior, antes da implantação dos assentamentos oriundos de processo de reforma agrária. Neste processo de reforma agrária foram implantados 52 assentamentos na região, no qual há 4.313 famílias assentadas em uma área total de 97.542 hectares. Em 14 dos 20 municípios da região há assentamentos, sendo que o maior número de famílias está assentado nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu com 1.516 famílias e Quedas do Iguaçu com 1.041 famílias (INCRA, 2021).

A respeito da oferta de ensino superior na região cabe destacar que o campus da UFFS consiste na única unidade de ensino presencial em funcionamento, na qual estiveram

matriculados 1.179 alunos em 2017 e 986 em 2019. Já no ensino à distância os números são maiores, sendo que em 2017 havia 13 estabelecimentos com 1.597 alunos matriculados, passando a 37 estabelecimentos em 2019 com 2.605 matrículas (IPARDES, 2021).

A instalação de um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) na região, especificamente no município de Laranjeiras do Sul, acontece como resultado da articulação dos movimentos sociais e políticos desta região, a qual historicamente fora relegada quanto à disponibilidade de ensino superior público (NOVAIS & STOFFEL, 2020). Assim, como resultado do programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2010 inicia a instalação do *campus*. Unidade educacional que em 2020 contava com aproximadamente 1.300 estudantes matriculados em seus sete cursos de graduação e dois programas de pós-graduação *stricto sensu*. Com uma estrutura administrativa e docente composta por 90 servidores docentes, 73 servidores técnico-administrativos educacionais e aproximadamente 40 servidores terceirizados e estagiários (NOVAIS & STOFFEL, 2020).

O objetivo da instalação deste campus foi oportunizar para a população regional, formação superior de qualidade e de acesso universal, diante da gratuidade de ensino ofertada. Na pesquisa publicada por Novais e Stoffel (2020) foram analisadas as matrículas para o ano de 2018 e constatou-se que dos 1.031 estudantes matriculados, 938 (90,98%) eram oriundos do estado do Paraná. Ao observar de quais regiões do Paraná são estes 938 estudantes, constatou-se que 84% residiam em municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Ainda conforme a pesquisa, publicada pelos autores supracitados, há estudantes oriundos de praticamente todos os municípios da região, sendo que o maior percentual (47,23%) reside em Laranjeiras do Sul.

Considerando que o campus está instalado no município de Laranjeiras do Sul, um resultado imediato para o município são os recursos oriundos da instalação neste município de grande parte dos servidores que em sua maioria vem de outros lugares. Além de um conjunto significativo de estudantes que passam a residir neste local ou na região. Estes aspectos, inicialmente, promovem mudanças econômicas ao injetar recursos financeiros e econômicos de modo direto, mas também indireto por estimular a geração de emprego e renda a partir de novas demandas de moradia, alimentação, vestuário e serviços de saúde. Mas apesar de diretamente o município de Laranjeiras do Sul ser beneficiado pela instalação do *campus* da UFFS, também para os demais municípios há ganhos indiretos oriundos da oferta de recursos de ensino, pesquisa e extensão para a região.

Muitos são os trabalhos já realizados e que versam sobre contribuições que a universidade vem trazendo para a região, dentre estes há atividades de ensino realizadas na região, relatórios de projetos de extensão e pesquisa, monografias de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e especialização *lato sensu*, dissertações de mestrado e teses de

doutorado. Algumas destas pesquisas foram mencionadas neste texto, mas ainda há espaço para compilar tudo o que já foi produzido até o momento (CANQUERINO, NUNES, CARPES, 2015; FELIPPINI, 2016; OLIVEIRA, 2017; KRAJEVSKI, 2018; NOVAIS, STOFFEL, 2020; COSTA, 2020).

O foco nas questões regionais por parte da maioria dos cursos da UFFS Campus Laranjeiras do Sul promove a elaboração e apresentação de estudos, diagnósticos, pesquisas sobre temáticas econômicas, sociais, culturais e ambientais da região (UFFS, 2021). Assim, com onze anos de atividades sendo desenvolvidas pela comunidade acadêmica da instituição, a expectativa é de que os resultados e as potencialidades locais e regionais passem a se revelar, contribuindo para maiores índices de desenvolvimento e melhores níveis de qualidade de vida da população da e na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando as teorias clássicas da localização e associando à realidade da região do Território da Cantuquiriguaçu constata-se que, apesar de alguns municípios estarem posicionados em local de fácil acesso e de escoamento, o nível de desenvolvimento não pode ser considerado satisfatório. Os baixos índices de desenvolvimento, os indicadores de concentração de renda e riqueza historicamente existentes e a presença de elevados níveis de pobreza caracterizam a região durante a maior parte de sua história.

As expectativas positivas a partir da implantação do campus da UFFS em Laranjeiras do Sul, com a oferta de ensino, pesquisa e extensão comprometidos com as questões regionais, trazem um novo fator que pode repercutir em novas potencialidades para a região. As expectativas de novos encadeamentos originados pelo setor educacional, mas que se alastram para outros serviços, para o comércio, indústrias, agropecuária e até mesmo para as atividades do setor público são positivas. Neste caso o fator propulsor foram os investimentos públicos que levaram à implantação do campus para em sequência serem acompanhados por investimentos privados nos diversos setores econômicos.

Apesar de algumas mudanças já observadas, a região da Cantuquiriguaçu ainda apresenta índices baixos de desenvolvimento, sendo necessário um tempo mais longo para que os resultados possam ser observados. Porém o ensino, a pesquisa e a extensão promovidas por docentes, técnicos e estudantes da UFFS certamente trarão resultados que mudem a realidade regional.

Para avançar nos resultados é necessário um levantamento sobre os resultados dos egressos formados pelo campus, pelo impacto que o ensino tem proporcionado, há necessidade de averiguar os resultados promovidos pelas ações de extensão e pela pesquisa desenvolvida no campus. Na elaboração deste artigo não conseguimos compilar o vasto

acervo de resultados já existentes, mas são análises que poderão ser efetuadas em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

AYDALOT, Phillippe. **Dunamique spatiale et développement inégal**. Paris: Economia, 1976.

AMARAL FILHO, Jair. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. 576 p. Disponível em: < <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2801>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do Desenvolvimento Regional e Local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 2, n.37, p.06-34, ago./2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4678>. Acesso em: 15 set. 2020.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): de que estamos hablando? Madoery, Oscar y Vázquez Barquero, Antonio (eds.), Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local. Editorial Homo Sapiens, Rosario, 2001. Disponível em: <https://flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1245948918.Desarrollo_Local_De_que_estamos_hablando__2_.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

BOUDEVILLE, J. R. Aménagement du territoire et polarisation. Paris: Génin, 1972.

_____ **Os espaços econômicos**. Difel: São Paulo, 1973.

BRANDÃO, Carlos. Prefácio. Os enigmas do processo de desenvolvimento de uma região. In: DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: **EDUNISC**, 2010.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6047&ano=2007&ato=4feATRE9ENRpWT75a>>. Acesso em: 11 out. 2020a.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Decreto nº 9.810 de 30 de maio de 2019**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm#art19>. Acesso em: 23 out. 2020b.

CANQUERINO, Yogo Kubiak; NUNES, Paulo Alexandre; CARPES, Antonio Maria da Silva. Estrutura Produtiva do Território da Cantuquiriguaçu com abordagem insumo-produto para o ano de 2010. 2015. Gestão e Desenvolvimento em Revista. V. 1, N. 1, jan-jun/2015. P. 116-132. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/12247>>. Acesso em: 15 out. 2020

CHRISTALLER, W. **The central places of southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

COELHO, V.L. P. A política Regional do governo Lula (2003-2010). In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017, p. 65-95 -já consegui baixar.

COEPE (I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão): Construindo agendas e definindo rumos. Documento-base. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó/SC: 2010. Disponível em https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/arquiv-os-das-noticias/documento-final-coepe. Acesso em: mar. 2021.

CORADELI DE SILVA, 2011. O Estado e as Associações de Municípios no Paraná: particularidades da Cantuquiriguaçu. *Ambiência*, v. 7 n. 2. Maio/Ago. 2011. Disponível em: <O Estado e as Associações de Municípios no Paraná: particularidades da Cantuquiriguaçu The State and the Association of Municipalities in Paraná: particularities of Cantuquiriguaçu | Coradeli | AMBIÊNCIA (unicentro.br)>. Acesso em: 15 out. 2020.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 15, n. 7, dez. 2019.

COSTA, Tiago da. Abordagem territorial do desenvolvimento e a universidade pública: uma análise das contribuições da Universidade Federal da Fronteira Sul - campus Laranjeiras do Sul - para o desenvolvimento da agricultura familiar por meio de suas ações de extensão. UESC/ESAG. Tese de doutorado. Florianópolis, 2020.

FELIPPINI, Márcia Luiza. **Análise de projetos financiados pelo programa nacional de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais (PRONAT): o caso do território da cidadania Cantuquiriguaçu-PR no período de 2003 a 2015.** 2016. 97f. Monografia – Ciências Econômicas, Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul, 2016. Disponível em:< <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/192/1/FELIPPINI.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** 2a Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. 270 p.

_____. **Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1974. 122 p.

_____. **O Brasil pós-“milagre”.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Formação econômica do Brasil.** 24 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

_____. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** 3. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIAMBIAGI, F., VILLELA, A.; CASTRO, L, HERMANN, J. 2004. **Economia Brasileira Contemporânea (1945/2010).** 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

GIL, Antonio.C. **Métodos e práticas da pesquisa social.** Atlas 2008, São Paulo, S.A.

GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. In: ARAÚJO, Tania Bacelar de. **Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. 572 p. Disponível em:< <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2801>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. **Economia Brasileira Contemporânea.** 7. ed. 5. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010

PETTY, William. **Obras econômicas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HIRSCHMAN, Albert. O. **Stratégie du développement économique.** Paris: ED. Ouvrières, 1974.

ISARD, W. **Location and space economy: a general theory relation to industrial location, market areas, land use trade and urban structure**. Cambridge: MIT Press, 1956.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007. 145 p.

IPARDES. Edição 2017. Paraná, 2017. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Edicao-2017>>. Acesso em: 11 out. 2021. 240 f.

IPARDES, Cadernos municipais. 2020. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>>. Acesso em: 11 out. 2020.

IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios. Tabela. Base de dados 2010-2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 15 out. 2020.

IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio>>. Acesso em: mar. de 2021.

INCRA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2021

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

KNOB, Anderson Miguel; SALOMÃO, Ivan Colangelo. Desenvolvimento Regional e localização industrial: uma sistematização das teorias clássicas. **GEOSUL**, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 139-167, mai./ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2020v35n75p139>>. Acesso em: 13 set. 2020.

KRAJEVSKI, Luis Claudio. **A Importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina., 2018.

LIBERATO, Rita de Cássia. **Revisando os modelos e as teorias da análise regional**. Cadernos de Geografia, Belo Horizonte, ano 2, v. 18, ed. 29, p. 127-136, 2008. Disponível em: http://www1.pucminas.br/documentos/geografia_28_notas01.pdf. Acesso em: 1 abr. 2021.

LÖSCH, A. The nature of economic regions. In: FRIEDMANN J., ALLONSO, W. **Regional development and planning: a reader**. Cambridge, MIT, 1969.

_____. Teoría económica espacial. Buenos Aires: Ateneo, 1957.

MACEDO, Fernando César de; PORTO, Leonardo. Existe uma política nacional de desenvolvimento regional? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 14, n. 2, abr. 2018. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3639>>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. IPEA, Textos para discussão 2414. Proposta de atualização das tipologias da PNDR: **Nota metodológica e mapas de referência**. 2018. Brasília, set. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8703/1/td_2414.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MARSHALL, Alfred. Princípios de economia: tratado introdutório. Tradução revista de Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MESQUITA, Olinda. Viana. **O modelo de Von Thunen**: uma discussão. 1978. 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1978.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. TEIXEIRA, Francisco. **Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional** - PNDR II. In: Simpósio de Desenvolvimento Regional. Ministério da Integração Nacional. [s.i.], 2013, Brasília.

MOTTA, Amanda Carolina Santos. **Expansão Urbana a partir da implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no município de Laranjeiras do Sul – PR**. Orientadora: Dra. Cristina de Araújo Lima. 2017. 112 f. Monografia – Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2017. Disponível em: <http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/lahurb/wp-content/uploads/sites/31/2019/07/Monografia_AmandaMotta-1.pdf>. Acesso em: 11 out. de 2020.

MONTENEGRO, R. L.; GONÇALVES, E.; ALMEIDA, E. Dinâmica espacial e temporal da inovação no estado de São Paulo: uma análise das externalidades de diversificação e especialização. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, 2011.

MUSSOI, Arno Bento. Território Federal do Iguaçu: perspectivas para o desenvolvimento regional. Laranjeiras do Sul/PR: Cantu, 2015.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Textos de Economia Contemporânea. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: <https://institutomyrdal.files.wordpress.com/2015/03/teoria-econoc3b4mica-das-regic3b5es-subdesenvolvidas.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

NORTH, Douglass. **Teoria da localização e crescimento econômico regional**. In: SCHWARTZMAN, J. Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, 1977.

NOVAIS, Eliton Paulo; STOFFEL, Janete. A Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Laranjeiras do Sul e o Desenvolvimento Regional: considerações a partir do perfil de origem dos acadêmicos. IN NEVES, Christopher Smith Bignardi. Interconexões: saberes e práticas da geografia. Ponta Grossa/PR: Atena, 2020.

NUNES, MELO, TEIXEIRA, 2011. A participação do setor madeireiro na economia das microrregiões geográficas do Paraná – 2009. Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS), v.2, n.1., p. 8-20, jul./2012. Disponível em: < 2652-Texto do artigo-12403-1-10-20140327.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

OLIVEIRA, Edson Novak. **Estrutura fundiária e perfil agropecuário: o caso dos projetos de assentamentos nos territórios da cidadania Cantuquiriguaçu e Norte Pioneiro**. Trabalho de conclusão de curso. (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul, p. 77. 2017.

PAIVA, Carlos Águedo. Os determinantes do aprofundamento das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2000. In: PAIVA, Carlos A. Evolução das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2008, 380P.

PELLIN, Valdinho. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. Interações (Campo Grande), **Campo Grande**, v. 20, n. 1, p. 63-78, Jan. 2019 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000100063&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Set. 2020.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1967. 755 p.

_____. O conceito de polos de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. P. 145-156.

PIRES, Marcos Cordeiro (coord.). **Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago de Chile: Cepal, 2012. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/node/36720>>. Acesso em: 10 nov 2016.

RICHARDSON, Harry W. Economia regional, teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. _____ . Polarization reversal in developing countries. Papers and proceedings of the Regional Science Association, v. 5, p. 67-85, 1980.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROCHA, Humberto. Hidrelétricas na Bacia do Uruguai e a promoção do desenvolvimento regional. **Redes, Santa Cruz do Sul**, v. 25, n. 2, p. 696-720, mai. 2020. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9438>>. Acesso em: 26 set. 2020.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SIT, Sistema de Informações Territoriais. Perfil Territorial Cantuquiriguaçu. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_025_Cantuquirigua%C3%83%C2%A7u%20-%20PR.pdf> Acesso em: mar. 2021.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Regional. São Paulo, Atlas 2009.

_____. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2008

TISCHER, Wellington; ROCHA, Isa de Oliveira. Das Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional às Universidades Federais – **A Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS na MESOMERCOSUL**. XVII ENANPUR. PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO EM SUAS MÚLTIPLAS ESCALAS. DESENVOLVIMENTO, CRISE E RESISTÊNCIA: QUAIS OS CAMINHOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL? São Paulo, 2017. 15 p.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes, Santa Cruz do Sul**, v. 24, n. 3, p. 334-360, set. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13670>>. Acesso em: 13 set. 2020.

THEIS, I. M.; KRAJEVSKI, L. C. Desenvolvimento e acumulação por espoliação: o caso do território Cantuquiriguaçu - Paraná. **Novos Cadernos NAEA**, 2017.

TRENNEPOHL, Dilson. Avaliação de potencialidades econômicas para o desenvolvimento regional. Ijuí: Ed. Unijui, 2011, 288p.

UFFS. Institucional, Histórico. Disponível em:<https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/historia> Acesso em: 15 out. 2021.

UFFS. Institucional, **Cursos Campus Laranjeiras do Sul**. Disponível em:<<https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos>> Acesso em: 15 out. 2021.

WEBER, A. **Theory of the Location of Industries**. Chicago: University of Chicago Press, 1929.